



MATHIAS SEIBEL LUCE*

 <https://orcid.org/0009-0007-5931-9912>

Comitê editorial

Josiane Soares Santos

Loiva Mara de Oliveira Machado

Rodrigo Teixeira

Tatiana Brettas

Nessa edição n. 45 da *Temporalis*, o comitê editorial convidou para uma entrevista o historiador e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Marx e a Teoria Marxista da Dependência (Lemarx-TMD/ESS-UFRJ) Mathias Seibel Luce. Em nossa entrevista, enviada por e-mail e realizada por escrito, o autor do livro *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica* (Expressão Popular, 2018) tratou de temas como a conjuntura na América Latina, a retomada da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e os desafios para aprofundarmos os estudos sobre o trabalho na periferia do mercado mundial, articulando classe, raça e gênero.

Temporalis: No ano passado, as duas edições da *Temporalis* giraram em torno de reflexões sobre a América Latina. O número 43 tratou da ofensiva burguesa e dos golpes na região e a edição 44 alimentou o debate sobre a trajetória do Serviço Social no continente. No período recente, é possível observar uma intensa convulsão social, que vai da ascensão da extrema-direita e golpes reacionários até vitórias eleitorais de governos progressistas. Como você avalia essa conjuntura de intensificação da luta de classes na região?

Mathias Seibel Luce: A intensificação da luta de classes na América Latina é resultado do acirramento das contradições da crise capitalista e da falência da forma política dominante, evidentemente, de encontrar saídas para as disjuntivas dos dias atuais. É nesse cenário em que têm surgido forças políticas da chamada alt-right (em inglês, “direita alternativa”) ou

* Historiador. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: mathiasluce@ess.ufrj.br

“nova direita”, que irromperam na cena como resposta ultraliberal-neoconservadora à crise. Com sua retórica do “politicamente incorreto” e do “antiglobalismo”, arrogam-se como contestadores à ordem vigente. Mas, na verdade, são a face mais odiosa e violenta da mundialização do capital e seu individualismo fundamentalista. Esses valores alimentam o racismo, o machismo, a misoginia, a xenofobia, a desenfreada destruição ambiental e o militarismo, o que só faz incrementar a violência social e estatal para assegurar a lucratividade do grande capital. A rigor, esse é um fenômeno mundial que evoca um nacionalismo chovinista dentro e fora dos espaços nacionais e que tem se apropriado das novas tecnologias, mundializadas, para potencializar as mais horrendas práticas de violência. Trump nos EUA, Salvini-Meloni na Itália, Orban na Hungria, Bolsonaro no Brasil... A particularidade na realidade em nosso país e continente é que, aqui, esse acirramento da luta de classes torna-se veículo para assegurar a perpetuação dos níveis de superexploração, as transferências de valor, a expropriação dos povos indígenas e uma política institucionalizada de extermínio e encarceramento da classe trabalhadora pobre e racializada, para a manutenção das relações de dependência que alimentam as grandes corporações e as estruturas imperialistas. A gravidade da crise vem engendrando inclusive, cada vez mais, que as tendências antes mais circunscritas à periferia do capital se generalizem no mercado mundial como efeito dialético do próprio desenvolvimento desigual. Assim, os movimentos sociais e as organizações políticas que reconhecem os riscos embutidos no avanço do ultraliberalismo-neoconservador devem ser capazes de compreender a profundidade e gravidade do momento que estamos vivendo. Estamos em uma quadra histórica que exige grande responsabilidade dos intelectuais orgânicos, dos dirigentes políticos e das lideranças sociais. Precisamos não apenas dar conta de captar as transformações em curso, caracterizar os processos, mas será preciso pensar as lutas, no debate estratégico-tático, com base em uma democratização radical das organizações, com a recriação da gramática política e dos meios empregados, sem negligenciar as tradições históricas de luta da classe trabalhadora, mas considerando a apropriação que a “alt-right” vem fazendo do descontentamento social. Prova disso são as controvérsias a respeito do junho de 2013, no Brasil. A partir de minha experiência, sempre limitada pelo tempo e pelo lugar que ocupamos, penso que seria necessário construir uma unidade social sólida e de baixo para cima, diversa e plural, para enfrentar com mobilização social crescente a complexidade desse momento. Vejo imensas potencialidades ainda por se desenvolver no seio da juventude e dos trabalhadores e trabalhadoras, empregados e desempregados, dos movimentos sociais indígenas, de luta pela terra, pela luta antirracista, de mulheres e lgbtqi+. É muito importante que as organizações sociais, especialmente os sindicatos e os partidos de esquerda, sejam capazes de organizar e representar os interesses destas maiorias que se encontram pulverizadas e que ficarão ainda mais atomizadas com os efeitos das novas tecnologias. Sobretudo, é preciso convencer e vencer, no seio de cada movimento, as concepções conservadoras e liberais que lutam internamente pela hegemonia. Penso que uma direção política consequente não se orienta por disputas fratricidas no interior da esquerda. E que essa batalha precisa ser travada de forma consciente, ativa e planejada, sempre tomando em conta a construção desta grande unidade necessária. E não apenas em escala nacional, mas internacional, incluindo a solidariedade internacionalista em defesa de Cuba e da Venezuela, contra o bloqueio e os ataques do imperialismo.

Temporalis: A partir da primeira década do século 21, é possível identificarmos uma redescoberta das teorias da dependência na América Latina e, inclusive, em países centrais. Dentre essas teorias, as formulações marxistas ganham destaque por meio das obras clássicas de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, e das novas gerações de militantes e pesquisadoras/es críticos. Como você explica esta retomada da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e quais são suas tendências futuras?

Mathias Seibel Luce: Se é correta a frase de Marx de que não basta a teoria compelir a realidade, mas a realidade deve também compelir a teoria, a retomada da teoria marxista da dependência é a redescoberta pela intelectualidade crítica e pela militância, premidos pela própria realidade social, para levar adiante uma das elaborações mais férteis do marxismo brasileiro e latino-americano. Como disse Vânia Bambirra em uma entrevista que estará no documentário *Vânia: a história de uma revolucionária*, realizado como projeto de pesquisa e extensão do Memorial-Arquivo Vânia Bambirra (ESS/UFRJ-UFRGS), web-série documental a ser lançada no segundo semestre de 2023: “ao retornarmos do exílio em 1979, as portas das universidades haviam sido fechadas com cadeados bem fortes contra a difusão desse pensamento no Brasil, ao passo que suas ideias tinham sido influentes e percorrido o mundo”. Essa retomada no Brasil está, sem dúvida, sendo compelida pela própria realidade. Quanto aos caminhos futuros para o aprofundamento da TMD, eu destacaria alguns temas com investigações já em andamento por pesquisadoras e pesquisadores de diversos campos e lugares, e outros que a dinâmica acelerada das tendências em curso vem apresentando. Assim, comparece a necessidade de um trabalho de fôlego sobre a natureza e os impactos IV Revolução Industrial sob a égide das cadeias globais de valor, para uma compreensão sobre as transformações das relações imperialistas e do novo caráter da dependência. Da mesma forma, é fundamental um encontro das agendas de pesquisa da TMD e da vertente marxista da teoria da reprodução social e da Sociologia do Trabalho. Essa convergência, que vem sendo buscada, entre outros, pelo grupo de pesquisa coordenado pelo professor Ricardo Antunes, poderá favorecer uma compreensão sobre a superexploração como integrante das transformações gerais no mundo do trabalho nesta quadra histórica, atravessada ao mesmo tempo pelo desenvolvimento desigual através das diferentes formações econômico-sociais e no interior de uma classe trabalhadora que é racializada e generificada. Outro tema e o qual já demonstra avanços significativos é o da tendência à apropriação de lucros extraordinários, via mercado mundial, sobre a base da renda da terra. Penso que essas pesquisas devem ser estimuladas e desenvolvidas, em articulação à questão agrária, à crítica à expropriação dos territórios dos povos indígenas e ao estudo da dinâmica da crise ecológica e ambiental. Outro eixo é o sistema da dívida e suas consequências sobre o fundo público e as políticas sociais, que, em tempos de pressões do capital por “tetos de gastos” e “arcabouços fiscais”, segue apresentando grande relevância para o Serviço Social brasileiro. Da mesma forma, os estudos sobre a questão social no capitalismo dependente em perspectiva unitária. Quer dizer, levar em conta como se articulam superexploração do trabalho, racismo estrutural e patriarcado na forma mercadoria. Essa perspectiva é decisiva, ao ajudar a unificar o sujeito da transformação estrutural, pela necessária organização da classe trabalhadora, racializada e generificada. Ademais, é uma démarche que reforça a apreensão teórico-mental do caráter do Estado no capitalismo dependente. Outra frente teórica bastante profícua consiste no estudo da economia política da saúde no capitalismo dependente. Essas pesquisas são importantes

não somente para discutir a dependência tecnológica em relação às grandes corporações do capital, mas para uma melhor compreensão de um dos principais indicadores da superexploração: as condições de saúde da população trabalhadora, ativa e inativa. Finalmente, e uma vez que a TMD desde seu nascimento tem por horizonte a luta pela superação do capitalismo, as reflexões que contribuam para fazer avançar aspectos teórico-políticos sobre a transição socialista são fundamentais, especialmente em um contexto de crescimento do conservadorismo. Pois, os esforços para demonstrar a historicidade do capitalismo e as condicionantes da possibilidade histórica de sua superação são decisivos para reafirmar a atualidade do internacionalismo e da busca de uma integração soberana dos povos, diante dos limites cada vez mais evidentes para mudanças nos confins da esfera nacional. Então, neste momento eu destacaria esses temas. Mas outros, sem dúvida, existem e merecem análise.

Temporalis: Muitas pesquisas sobre o chamado mundo do trabalho se caracterizam por uma tendência a destacar as transformações no centro imperialista, perdendo de vista as particularidades do capitalismo dependente. Como a TMD pode contribuir para os estudos contemporâneos sobre o trabalho na periferia do mercado mundial, articulando classe, raça e gênero?

Mathias Seibel Luce: Essa interrogante já foi em parte respondida junto à pergunta anterior, mas eu enfatizaria que uma das particularidades das formações dependentes é que, nestas, a superexploração do trabalho – que é o fundamento da dependência, conforme escreveu Ruy Mauro Marini - encontra-se entranhada como realidade desde a gênese da nossa formação econômico-social. E ela se impõe não somente em épocas de crise ou de crise estrutural, mas atravessa toda a historicidade de nossas formações sociais dependentes, sob as relações de produção capitalistas. E, no âmago das relações sociais de produção, considerando a dialética entre produção, circulação, distribuição, acumulação e apropriação, há um fardo ainda maior que pesa de maneira desigual sob as relações de raça e gênero. Ou seja, a racialização e a generificação agudizam a tendência de a força de trabalho ser remunerada abaixo de seu valor e de se reproduzir em condições que implicam a violação de sua corporeidade físico-psíquica. Portanto, posso dizer que tenho acordo com o argumento de que a superexploração hoje se espalha pelo mundo todo e, especialmente, em tais circunstâncias da crise estrutural, a qual engendra, mais e mais, que tendências antes mais circunscritas à periferia do capital se generalizem no mercado mundial, na dialética do desenvolvimento desigual. Mesmo assim, não apresentando todas as determinações que a superexploração assume nos países dependentes. Por conseguinte, sigo sustentando a tese que apresentei em meu livro, “Teoria marxista da dependência: problemas e categorias”, de que nos países dependentes a superexploração assume a vez de uma verdadeira lei tendencial adicional, que se conecta com outras duas leis tendenciais adicionais, a saber: as transferências de valor expressando relações de desenvolvimento desigual e a cisão nas fases do ciclo do capital (também conhecida por divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas). A essa tese sobre as leis tendenciais adicionais, desenvolvida originalmente por Marini no ensaio fundador que é *Dialética da Dependência*, procurei demonstrar a vigência através de evidências, indicadores e mediações para seu estudo concreto em realidades concretas, nas formações econômico-sociais. Então, eu diria que enquanto a superexploração praticada nas economias dominantes comparece como uma forma adicional para a busca de lucros

extraordinários, mas não provoca necessariamente uma cisão no ciclo do capital; nos países dependentes ela assume, por sua vez, determinações adicionais: além de um mecanismo de compensação utilizado pelas burguesias dependentes para contrabalançar sua desvantagem na competição intercapitalista, comparece como um expediente que provoca a reprodução ampliada da dependência, agudizando a própria superexploração, como tendência negativamente determinada inscrita em sua universalidade histórica. Então, aqui reside uma mediação decisiva para pensar os estudos contemporâneos sobre o trabalho na periferia do mercado mundial e articulando classe, raça e gênero.

Temporalis: No Serviço Social, estudos sobre questão social, Estado e lutas sociais, dentre tantos outros temas possuem uma centralidade nas reflexões acerca da realidade sobre a qual se constrói a atuação profissional. Quais são as possíveis pontes a serem estabelecidas entre a TMD e essas temáticas?

Mathias Seibel Luce: São várias as mediações a considerar. Se é verdade que a questão social é “una e diversa” - para utilizar uma formulação de Marilda Iamamoto – entendo que pensar a maneira como a questão social comparece no capitalismo dependente é pensar no caráter da formação social e nas determinações adicionais que o Estado capitalista apresenta em um país como o Brasil, para então chegar à apreensão teórico-mental do terreno em que acontece a luta de classes e no qual se constrói a atuação profissional. A partir daí podemos divisar os desafios estratégico-táticos para as lutas sociais e avaliar como elas se apresentam em cada conjuntura. Algumas “pontes” ou mediações nesse sentido vêm sendo buscadas em trabalhos de diferentes pesquisadores e pesquisadoras da área do Serviço Social, nos últimos anos. A título de exemplo, podemos referir o esforço de investigação de Rodrigo Castelo em situar a gênese da questão social no Brasil como anterior à década de 1920 e à Lei Eloy Chaves, situando-a pelo menos desde meados do século XIX, sendo um marco importante a greve dos ganhadores de 1857 na Bahia - como o confirma, diga-se de passagem, o livro do historiador João José Reis. Com efeito, não é o surgimento da política social ou o reconhecimento em si da questão social pelo Estado que marca a gênese da mesma e sim a estruturação das classes sociais e suas contradições e, em nosso caso, sob as condicionantes adicionais que se verificam no capitalismo dependente. Também de Castelo e seu grupo de pesquisa, sublinharia a utilização da abordagem do padrão de reprodução do capital elaborada por Marini e desenvolvida por Jaime Osorio, trazendo-a para o estudo das formas dominantes da reprodução do capital em contextos regionais, como o estado do Rio de Janeiro, incluindo a dimensão da superexploração do trabalho. Ainda sobre a questão social, destaco o trabalho de Carla Ferreira, que propõe a construção de uma teoria da questão social unitária, incorporando à lei do valor, de modo metodologicamente rigoroso, as determinações de classe, gênero e raça/etnia. A formulação da autora, efetuada no bojo dos debates promovidos pela ABEPSS a respeito da atualização curricular do Sesó Crítico brasileiro, recebe desenvolvimento atual na reflexão sobre o patriarcado como uma determinação nuclear da forma política estatal, em debate com os acúmulos da História da Mulheres, da teoria política feminista, da perspectiva *queer* e da teoria da reprodução social, a partir dos aportes da TMD. Os avanços inscritos nesta imbricação teórica apontam para um desenvolvimento da teoria do Estado que rompa com os limites das abordagens até agora conhecidos como “*gender blindness*”, quer dizer, cegas ao gênero. Sobre o tema do Estado e os desafios para as lutas sociais, posso referir uma contribuição que estará em meu

próximo livro, em que articulo diversas determinações da dependência, entre elas os padrões de reprodução do capital, a forma política estatal e os blocos no poder, entendendo bloco no poder em sentido mais fluido do que o utilizado por Poulantzas e os poulantzianos e em um sentido mais próximo à categoria *relações de forças*, de Antonio Gramsci, conforme utilizado por Marini em *Subdesenvolvimento e revolução* e por René Armand Dreifuss em *A conquista do Estado*. O argumento é que desde sua independência jurídico-formal e seu itinerário sob novos laços de subordinação que são as relações de dependência, o Brasil apresentou quatro formas distintas na forma política estatal, que correspondem aproximadamente ao período dos quatro padrões de reprodução do capital que se materializam na história econômico-social do país. Contudo, sob o Estado neoliberal, verifica-se uma maior variabilidade de blocos no poder, como é o caso do bloco neoliberal, do bloco neodesenvolvimentista e do bloco ultraliberal-neoconservador. Acredito que a contribuição dessa formulação reside em não confundir o nível de abstração do bloco no poder com o da forma política estatal, pois os governos neodesenvolvimentistas mudaram o bloco no poder, mas não a forma de Estado. E essa conclusão faz diferença para pensar os desafios para as lutas sociais. Assim como faz diferença pensar que a importante vitória eleitoral de Lula em 2022 depara-se com uma configuração do poder político que é fundamental a classe trabalhadora e os movimentos sociais derrotarem, pois o bloco ultraliberal-neoconservador que se organizou a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016 e da eleição de Bolsonaro em 2018 mantém o controle de importantes esferas do aparato do Estado, como é o caso da autoridade monetária (Banco Central) e a presidência do Congresso Nacional, sem falar no intento de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023. Mas, voltando ao repertório de temas da pergunta, gostaria de mencionar, ainda, o tema da mundialização financeira e suas consequências sobre as condições de vida e trabalho em nossa realidade, nas distintas expressões da questão social, com destaque para o livro de Tatiana Brettas, *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais*. Um dos méritos da autora é articular a teoria do imperialismo com o estudo das tendências de precarização das políticas sociais, demonstrando que as formas autonomizadas do capital e sua lógica especulativa não estão desvinculadas das empresas em tese “não-financeiras” e nem mesmo do modo como se dá a implementação de políticas sociais pelo poder público, com a presença crescente de entidades privadas e sob o intermédio do dinheiro e de maneira focalizada, em lugar da universalização de direitos. Nesse percurso crítico, penso ser relevante a reflexão da autora ao propor a categoria de *capital financeiro financeirizado* para descrever tendência que, de minha parte, prefiro chamar de processo de integração financeirizada entre mercado de crédito e mercado de títulos, mas que são duas maneiras de pensar a mundialização financeira como o período adentrado pelas relações imperialistas nas últimas décadas do século XX e cuja superação se dará somente com o enfrentamento do próprio capitalismo, pois relações como o sistema da dívida, que drena recursos do fundo público e que Brettas denomina, com razão, de “dívida pública, interesses privados”, são causadores diretos também da financeirização e precarização das políticas sociais na outra ponta. Merece menção, também, o trabalho de Marcela Soares, *Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira*, que revela como a superexploração do trabalho cria condições históricas e sociais para que a escravidão contemporânea se reproduza como uma prática recorrente do capitalismo no Brasil, ao mesmo tempo em que responde a tendências mundiais de incremento da precarização do trabalho. Por fim, mas não menos importante, para trazer mais outro exemplo de temática que a TMD denota

potencialidades como prisma teórico para a pesquisa na área do Serviço Social, cito o livro de Terçália Suassuna, *O sentido do trabalho infantil doméstico. Particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes*. Trata-se de uma tese vigorosa, que ajuda a compreender a triste realidade que rouba a alegria das crianças de nosso país, muitas das quais se encontram desde *tempranamente* sob as amarras da superexploração, que é como a lei do valor se impõe no capitalismo dependente, violando o fundo de consumo e o fundo de vida, fazendo com que nossa existência no mundo seja determinada para produzir e valorizar o capital, com uma jornada de trabalho total que é mais extensa, seja considerando o tempo de idade para poder se aposentar; seja o tempo de idade em que se é compelido a trabalhar para sobreviver, conforme analisa Terçália em investigação baseada em sólidas pesquisas concretas. E os temas não param por aí... Poderíamos mencionar a relação entre a economia política da saúde e capitalismo dependente, já referido mais acima, e que vem ensejando trabalhos de pesquisadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ e do Instituto de Medicina Social da UERJ; as pesquisas sobre questão agrária, sobre questão urbana, sobre questão ecológica/socioambiental, que vêm sendo estudadas em vários grupos de pesquisa pelo país afora, enfim... No momento em que se completa meio século das obras fundadoras da teoria marxista da dependência, a TMD não só demonstra, como confirma sua vigência e vitalidade para o desvelamento das tendências e contradições das formações econômico-sociais latino-americanas e para a intervenção social em nossa realidade, tendo por horizonte a emancipação humana, como convoca o projeto ético-político do Serviço Social crítico.